

## COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

# Um tiro no próprio pé

Amigos do peito do presidente do Senado, José Sarney, apostam qualquer dinheiro como ele, na verdade, não é candidato à Presidência da República. Eles acreditam que Sarney quer que todo mundo acredite na tese da candidatura, quando o que pretende mesmo é ocupar espaço político para, com ele, refazer a biografia seriamente arranhada por causa da tumultuada passagem pelo Planalto.

Esses amigos garantem que Sarney sabe perfeitamente que não tem a menor condição de enfrentar uma candidatura pelo voto direto, mesmo porque não dispõe de discurso convincente para apresentar em palanque. Não poderia jogar na esperança do eleitorado, pois já foi presidente e, a despeito de ter garantido com competência a transição do regime militar para o civil, deixou o governo sob o estigma da hiperinflação e do vale-tudo pelos cinco anos de mandato.

Ou seja, um prato cheio para o adversário.

Dentro do plano de reescrever a história de sua vida estariam inseridos os recentes episódios da CPI dos Bancos, da rejeição a Alberto Fujimori e da aproximação com a esquerda dentro do Congresso. Os amigos de fé mesmo poderiam aproveitar essa intimidade toda com as intenções do senador para aconselhá-lo a abandonar, o quanto antes, a infeliz idéia de "adotar medidas" contra o que ele considera uma campanha sistemática da imprensa para denegrir a imagem do Congresso.

Com isso, acaba prejudicando a edição revisada de sua biografia. Que sofre danos reais quando o autor autoriza gastos fenomenais para obras supérfluas em apartamentos funcionais do Senado, avaliza compra de carros novos sob o argumento de que aqueles *antigos* com cinco anos de uso colocam em risco a segurança dos senadores e transforma em sua *entourage* de confiança um grupo que reúne o que há de pior no Parlamento.

Um ex-presidente da República, dono de méritos inegáveis — como a tolerância, o respeito pela interlocução e a grande habilidade política, para citar apenas três —, que se junta a donos de prontuários fornidos cujas suspeições vão de tráfico de drogas, contrabando, chantagem em campanhas políticas, mau uso do dinheiro público em administrações estaduais e sonegação de impostos a nepotismo, jamais poderá dizer que a fonte de seus males está em *orquestrações* externas.

Essas companhias, a respeito das quais ele jamais poderá alegar ignorância, e determinadas atitudes que não condizem com a postura de quem sempre buscou preservar o ritual do cargo é que representam o verdadeiro risco à imagem do Congresso.

Não haverá campanha "de publicidade reparadora" — como agora se sugere — capaz de convencer a sociedade de que vigora austeridade no mais transparente dos poderes. No lugar de se deixar queimar por tão pouco, melhor seria se o Senado tomasse ele próprio a iniciativa de fazer uma campanha interna de revisão de métodos, modos e procedimentos com o objetivo de conquistar a confiança do eleitorado.

Deixando de lado a argumentação política, podemos nos ater exclusivamente àquilo que afronta o cidadão comum.

Sabemos bem que afronta até o momento em que se abre a ele também a oportunidade de desfrutar do bem-bom particular à custa do coletivo. Neste caso enquadra-se perfeitamente um dos recentes pupilos de Sarney que, menino pobre na Bahia, fez a vida no garimpo de Rondônia, chegou ao Senado já homem rico e, ao desembarcar em Brasília, considerou insuficientes as mordomias do Senado. Chocou-se por transitar em carros *velhos* com cinco anos de uso, detestou a modéstia dos gabinetes e considerou minguaado o séquito de funcionários à sua disposição.

Trata-se do senador Ernandes Amorim, que rapidinho produziu um projeto de lei para aumentar o número de servidores em cada gabinete. A respeito dos carros, nada mais tem a reclamar. Pelo menos pelos próximos cinco anos. Ou talvez menos, para que não se coloque em risco de novo sua preciosa existência.

Mas já que foram eles que tomaram a iniciativa de tocar no assunto, não seria de todo mau que se reabrisse um velho debate sobre a legitimidade do fornecimento de moradia — na verdade um latifúndio cujo aluguel renderia uns bons R\$ 2.500 mensais à Câmara e ao Senado —, carros e passagens, uma delas ao Rio, pertença o parlamentar a que estado pertencer.

Não há mais sentido nisso, passados 36 anos da transferência da capital para Brasília. Hoje, quem se candidata sabe perfeitamente que a eventual eleição implica mudança para o Planalto Central. Quem não quiser trazer família, mala e cuia, que arque com despesas duplas. Os menos abastados que tragam e usem seus salários para o sustento da prole. Isso é o normal, visto que Brasília fica em Goiás e não é a capital de Saturno.

E se o presidente do Senado aceitar, modestamente fica aqui uma sugestão de tema à "campanha reparadora".